



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOCANTINS

ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO SOBRE RECURSO

Processo Licitatório nº: 138/2025

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 090/2025

Recorrente: Transportadora Chuá Ltda.

Recorrida: Borracharia Fabrício Marciano - ME

Objeto: Decisão sobre Recurso Administrativo

I - DO RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Administrativo interposto pela licitante **Transportadora Chuá Ltda.**, em face da decisão que habilitou a empresa **Borracharia Fabrício Marciano - ME** no certame em epígrafe.

A recorrente alega, em síntese, que a recorrida deveria ser inabilitada por não ter apresentado a documentação de qualificação técnica exigida no item 7.5.4 do edital. Sustenta que a "Declaração de Dispensa de Apresentação de PGRS" é inválida, pois, para ter validade, deveria ser emitida pelo conselho de classe competente (CRQ ou CREA) e acompanhada da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).

Intimada, a empresa Borracharia Fabrício Marciano - ME apresentou suas contrarrazões, defendendo a regularidade de sua habilitação. Argumentou que o próprio edital, por meio de errata publicada, permitiu expressamente a apresentação de declaração de dispensa do PGRS, em conformidade com o art. 63 do Decreto Federal nº 10.936/2022.

Vieram os autos conclusos para decisão.

II - DA FUNDAMENTAÇÃO

O cerne da questão reside em verificar se a apresentação da declaração de dispensa do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) pela empresa recorrida satisfaz a exigência de qualificação técnica prevista no edital.

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório, basilar em qualquer procedimento licitatório e previsto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, impõe à Administração e aos licitantes a estrita observância das regras estabelecidas no edital e em seus anexos.

O item 7.5.4 do Edital do Pregão Eletrônico nº 090/2025, em sua redação original, de fato, exigia a apresentação do PGRS e outros documentos técnicos. Contudo, em 24 de setembro de 2025, foi publicada uma Errata que alterou a redação do referido item, passando a vigorar nos seguintes termos:



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOCANTINS

ESTADO DE MINAS GERAIS

"Item 7.5.4 Comprovante do Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos PGRS, bem como certidão de registro da empresa e do responsável técnico no Conselho Profissional competente, acompanhada da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, ou poderá ser apresentada declaração firmada pelo representante legal da licitante, atestando a dispensa de apresentação do PGRS, nos termos do art. 63 do Decreto Federal nº 10.936/2022..." (grifo nosso).

A nova redação, que passou a reger o certame, é inequívoca ao estabelecer uma **alternativa** à apresentação do PGRS: a declaração de dispensa firmada pelo próprio licitante. Ao apresentar tal declaração, a empresa Borracharia Fabrício Marciano - ME cumpriu rigorosamente a exigência editalícia, optando por uma das vias expressamente permitidas pela Administração.

A alegação da recorrente de que a dispensa deveria ser emitida por um conselho profissional carece de amparo. O edital, em sua forma final e vinculante, não impôs tal condição. Pelo contrário, autorizou que a própria licitante, sob as penas da lei, atestasse sua condição de dispensada, remetendo ao art. 63 do Decreto Federal nº 10.936/2022, que dispensa as microempresas e empresas de pequeno porte da elaboração do PGRS.

Dessa forma, a conduta da empresa recorrida foi totalmente compatível com as regras do certame, não havendo que se falar em inabilitação.

III - DO DISPOSITIVO

Ante o exposto, com fundamento no princípio da vinculação ao instrumento convocatório e na análise da documentação acostada aos autos, **DECIDO**:

1. **CONHECER** do recurso administrativo interposto pela empresa Transportadora Chuá Ltda., por ser tempestivo;
2. No mérito, **NEGAR-LHE PROVIMENTO**, mantendo-se a decisão que habilitou a empresa Borracharia Fabrício Marciano - ME, por ter atendido integralmente ao disposto no item 7.5.4 do edital, conforme redação dada pela Errata publicada em 24/09/2025.

Submeto a presente decisão à ratificação da Autoridade Superior, para que surta seus efeitos legais.

Publique-se e intime-se.

Tocantins/MG, 17 de outubro de 2025.

Érica Mendes Barbosa Sechi

Pregoeira



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOCANTINS

ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Processo Licitatório nº: 138/2025

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 090/2025

Interessados: Transportadora Chuá Ltda. e Borracharia Fabrício Marciano – ME

Objeto: Análise da Decisão da Pregoeira e Homologação do Certame

Trata-se da análise de recurso administrativo interposto pela empresa Transportadora Chuá Ltda. em face da habilitação da licitante Borracharia Fabrício Marciano - ME no Pregão Eletrônico nº 090/2025.

Após regular processamento, a Pregoeira responsável pelo certame proferiu decisão fundamentada, conhecendo do recurso e, no mérito, negando-lhe provimento. A decisão foi submetida a esta Autoridade Superior para análise e deliberação final.

Analisei a decisão proferida pela Pregoeira, bem como as razões do recurso e as contrarrazões apresentadas, e constato que a fundamentação realizada pela condutora do certame foi precisa e irretocável.

A decisão de negar provimento ao recurso está devidamente amparada no princípio da vinculação ao instrumento convocatório. Conforme exaustivamente demonstrado, a Errata publicada alterou as regras de qualificação técnica do certame, permitindo, de forma clara e objetiva, a apresentação de uma declaração de dispensa do PGRS como alternativa válida ao documento em si.

A empresa declarada vencedora, Borracharia Fabrício Marciano - ME, agiu em estrita conformidade com a norma editalícia vigente ao tempo da sessão pública, não havendo qualquer vício em sua habilitação.

Adoto, como razões de decidir, os fundamentos expostos na decisão da Pregoeira, por estarem em plena conformidade com a legislação aplicável e com as regras específicas do presente processo licitatório.

Pelo exposto, com fundamento no art. 71, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, **DECIDO:**



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOCANTINS

ESTADO DE MINAS GERAIS

1. **RATIFICAR** integralmente a decisão da Pregoeira que negou provimento ao recurso administrativo interposto pela empresa Transportadora Chuá Ltda.;
2. **MANTER** a habilitação da empresa **Borracharia Fabrício Marciano - ME**;
3. **ADJUDICAR** o objeto do Pregão Eletrônico nº 090/2025 à referida empresa, por ter apresentado a proposta mais vantajosa para a Administração;
4. **HOMOLOGAR** o presente procedimento licitatório para que produza seus efeitos jurídicos e legais.

Determino ao setor competente que proceda com as formalidades necessárias para a convocação da adjudicatária para a assinatura da Ata de Registro de Preços.

Publique-se e cumpra-se.

Tocantins/MG, 17 de outubro de 2025.

SILAS FORTUNATO DE CARVALHO

Prefeito Municipal